



Senado pode votar hoje projeto para beneficiar prefeituras

Proposta na pauta do Plenário estabelece que os gastos com servidores que trabalham em programas sociais criados pela União sejam retirados do limite de despesas dos estados e municípios

A Lei de Responsabilidade Fiscal limita em 60% da receita corrente líquida os gastos das prefeituras com pessoal. Projeto que abre a pauta de hoje do Plenário estabelece que as despesas com servidores de programas sociais, como o Saúde da Família, os centros de atenção psicossocial e os centros de referência de assistência social, sejam retirados do total de gastos de estados e municípios. Um dos objetivos do autor, senador Otto Alencar, é diminuir os efeitos da crise econômica e da queda de

arrecadação das prefeituras. Pelo texto, os gastos com esses servidores serão considerados responsabilidade da União, cujo teto na LRF é de 50% da receita corrente líquida. Também pode ser votada na sessão deliberativa proposta que impede que as receitas de royalties sejam consideradas no cálculo do limite das despesas com pessoal nos estados, no Distrito Federal e nos municípios. Outro projeto na pauta obriga que despesas com saúde e educação sejam prioridade na execução orçamentária estadual, municipal e do DF. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado — 12/6/2018

Propostas sobre despesas dos entes federativos com pessoal estão na ordem do dia da sessão plenária da tarde de hoje

Debatedores cobram soluções para aplicar Lei da Aprendizagem

Participantes de uma audiência na Comissão de Direitos Humanos chamaram a atenção para a dificuldade que as

empresas têm para cumprir a Lei da Aprendizagem. A norma prevê cotas para a contratação de jovens aprendizes. **3**



Pedro Franco/Agência Senado

Paim (3º à dir.) comandou o debate sobre a aplicação da Lei da Aprendizagem

especial cidadania

Imigrantes começam a ser levados para o interior do país

Primeiro foram os haitianos. Mais recentemente, os venezuelanos, vítimas da grave crise que vive o país vizinho, começaram a chegar em grande número

ao Brasil. Para abrigar os imigrantes, o governo federal, com ONGs, estados e municípios, tenta transferir quem chega para várias partes do país. **4**



Antonio Cruz/ABr

Venezuelanos embarcam em avião da FAB para Cuiabá e São Paulo



Encartado nesta edição, o **Jornal Senado Mulher**

Comissão vota distrato na compra de imóvel

Projeto que cria regras para desistência da compra de imóveis na planta deve ser analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos. **3**

Conselho de Comunicação rejeita propostas

Textos sobre rádios comunitárias, como permissão publicidade, foram rejeitados no Conselho de Comunicação do Congresso. **2**

Transportes coletivos podem ganhar mais verba

A Comissão de Infraestrutura vota hoje projeto que destina 5% da Cide para melhoria dos transportes coletivos. **2**

O Brasil em construção

Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 17 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional
Mais informações: cn.leg.br/visite



Conselho rejeita projetos sobre rádios comunitárias

Captação de publicidade comercial, ampliação da potência das emissoras e isenção de cobrança de direitos pelo Ecad são os assuntos que não passaram pelo crivo dos membros do órgão consultivo

O CONSELHO DE Comunicação Social, órgão consultivo do Senado, rejeitou, por 7 votos a 4, três projetos sobre radiodifusão comunitária. O PLS 55/2016, do ex-senador Donizeti Nogueira, autoriza as rádios a captar publicidade comercial; o PLS 513/2017, de Hélio José (Pros-DF), permite ampliar a potência das rádios comunitárias; e o PLS 410/2017, também de Hélio José, isenta essas rádios da cobrança de direitos autorais feita pelo Ecad.

A decisão não interrompe o trâmite dos projetos, mas serve de parâmetro técnico sobre eles.

O conselheiro Davi Emerich fez um voto em separado, em que defendia a isenção da cobrança do Ecad, mas rejeitava os outros dois projetos. O parecer contrário aos três



Marcos Oliveira/Agência Senado

Agressões a jornalistas também foram abordadas na reunião do conselho

projetos foi apresentado pela conselheira Tereza Mondino.

O parecer é remetido ao presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira, que o remete para as comissões que estão analisando os três projetos, no Senado e na Câmara dos Deputados.

A conselheira Maria José Braga relatou diversos casos

de violências contra jornalistas ao longo da campanha presidencial e após. Ela disse estar preocupada com essa tendência crescente:

— Na campanha eram militantes e agora temos relatos de seguranças do novo presidente ameaçando jornalistas que estão exercendo seu trabalho.

Telmário ajuíza ação para impedir aumento de energia

Telmário Mota (PTB-RR) informou ontem ter ajuizado ação popular na Justiça Federal para tornar ilegal o aumento no valor da energia elétrica autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no fim de outubro.

Segundo o senador, o reajuste de 38,5% é abusivo e, se somado ao que foi autorizado no ano passado, de 35%, fará com que a energia em Roraima fique mais de 70% mais cara em apenas dois anos.



Roque de Sá/Agência Senado

José Medeiros quer debate sobre imunidade a policiais

José Medeiros (Pode-MT) pediu ontem debate sobre sua proposta para dar imunidade aos policiais que, devidamente treinados, atirem em criminosos que estiverem portando ostensivamente armas de fogo de uso restrito. Trata-se do PLS 352/2017, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— Não tem uma coisa que aflija mais um policial do que ter que puxar uma arma, principalmente no Brasil.



Roque de Sá/Agência Senado

Para Paim, Previdência deve ser mudada apenas em 2019

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou que, com a intervenção federal no Rio de Janeiro, houve o entendimento de que a reforma da Previdência seria votada somente após a posse dos novos congressistas, em fevereiro de 2019.

Ele avaliou ser impossível analisar uma mudança na Constituição ainda este ano. Mais que isso, o senador entende não ser recomendável que os atuais congressistas votem essa reforma, pois eles podem se posicionar de modo diferente daquilo que foi prometido aos brasileiros nas eleições de outubro.

Airton Sandoval pede mais recursos para a Aeronáutica

Airton Sandoval (MDB-SP) disse ontem que a infraestrutura aeronáutica vem sendo negligenciada pelo governo federal, que reduziu consideravelmente seus gastos no setor, se comparados aos da década passada.

O senador, que esteve na Amazônia para verificar o trabalho das Forças Armadas, advertiu que a manutenção dos gastos em um nível tão baixo provocará um colapso em diversos serviços prestados hoje pela FAB.



Roque de Sá/Agência Senado

Comissão analisa recursos da Cide para transporte coletivo

A Comissão de Infraestrutura (CI) analisa hoje, entre outros itens, projeto que destina recursos para a melhoria do transporte coletivo e não motorizado (PLS 11/2013). O relator, senador Valdir Raupp (MDB-RO), apresentou substitutivo à proposta.

De acordo com o texto, o governo federal deverá investir ao menos 5% do que arrecadar com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos e não motorizados. O texto original previa a obrigatoriedade para todos os entes federados, mas o relator optou pela imposição apenas à União. Para Raupp, os recursos podem contribuir de forma decisiva para mitigar o caos urbano instalado nas cidades em decorrência de engarrafamentos.

Outro projeto na pauta da CI é o PLS 712/2015, que define como meta uma par-

ticipação mínima de 60% de fontes renováveis na oferta interna de energia até o ano de 2040. Do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), o projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Lasier Martins (PSD-RS), na forma do texto substitutivo aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). O substitutivo apenas adequou o conceito de oferta interna de energia à definição internacional, que é usada pelo Ministério de Minas e Energia.

Terminativos

Ambos os projetos são terminativos na comissão, ou seja, a CI terá a palavra final. Se aprovadas, as propostas seguirão diretamente para a Câmara dos Deputados caso não haja recurso para votação pelos senadores em Plenário.

A reunião da CI será às 9h na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Fontes renováveis de energia**
9h Entre 5 itens, o PLS 712/2015, sobre meta de participação de fontes renováveis na matriz energética para 2040.
- CDHET Reforma trabalhista**
9h Debate sobre a reforma trabalhista.
- CAE Concorrência desleal**
10h O PLS 284/2017 — Complementar, que pune concorrência desleal, é um dos 15 itens.
- CONGRESSO Sessão solene**
10h 30 anos da Constituição Cidadã.
- CRA Compra de leite**
11h Na pauta de 8 itens, o ECD 1/2018, que aumenta limite mínimo em programa de compra de leite.
- CE Feiras de ciência**
11h30 Entre 18 itens, o PLS 360/2017, sobre a promoção de feiras de ciência na rede pública de ensino médio.
- CMA Consumo responsável de água**
11h30 Entre 10 itens, o PLC 37/2017, que aumenta prazo para que conste em embalagens alerta sobre consumo responsável de água.
- CONGRESSO Sessão conjunta**
14h Análise de vetos e de projetos de suplementação de verbas para o Executivo.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h O PLS 15/2016 — Complementar, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para excluir despesas de pessoal em programas sociais, abre a pauta.
- CAS Medicina personalizada**
14h30 Debate sobre a importância da medicina personalizada no SUS.
- CMO Reunião**
14h30 Reunião deliberativa.
- MP 846/2018 Verba de loterias**
14h30 Análise de relatório.

Previsão atualizada às 18h de quinta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Projeto que favorece municípios pode ser votado

Proposta de Otto Alencar retira do limite de despesas das prefeituras os gastos com servidores de programas sociais. Texto sobre regulação fundiária também está na pauta

O PLENÁRIO PODE votar hoje projeto que flexibiliza a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), retirando do total de despesas dos municípios, de que trata a lei, os gastos com servidores de programas sociais. Como a LRF limita as despesas com pessoal em 60% da receita corrente líquida, na prática o PLS 15/2016, de Otto Alencar (PSD-BA), amplia esse limite.

Pela lei, o prefeito que extrapola o teto de 60% tem as despesas reprovadas pelos tribunais de contas e ainda pode pagar multa, ficar inelegível pela Lei da Ficha Limpa e responder a processo por improbidade administrativa.

Na esfera municipal, do limite global de 60%, o gasto com pessoal no Executivo não pode passar de 54%. Para o Legislativo e o Tribunal de Contas do município, quando for o caso, o teto é de 6%.

O texto original retirava do



Marco Antônio/Socorro Marcião

Centros de atenção psicossocial são um dos programas atingidos

limite os gastos com servidores do Programa Saúde da Família e dos centros de referência de assistência social, entre outros.

Despesas

Embora os programas sejam criados e parcialmente financiados pela União, as despesas com pessoal são computadas para estados e municípios.

— A União criou inúmeros programas sociais com a obrigação de os municípios executá-los, sem repassar recursos suficientes. A crise econômica e a queda de arrecadação podem levar as prefeituras ao descumprimento do teto para as despesas com servidores e impedir que elas recebam transferências volun-

tárias voltadas à execução de investimentos, bem como de contratar operações de crédito — argumenta Otto Alencar.

O relator na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, o ex-senador Roberto Muniz, excluiu do limite de 60% os gastos com os membros dos conselhos tutelares e com servidores dos programas sociais pagos com recursos próprios, mas não permitiu a exclusão das despesas pagas com recursos federais.

Ainda de acordo com o substitutivo que deve ser votado, também os governadores não precisarão incluir as despesas com servidores nas áreas de saúde da família, assistência social e atenção psicossocial para efeito da LRF, exceto as que forem custeadas pela União.

O novo texto também prevê que os gastos de estados e municípios com os servidores

dos programas sociais que usem recursos federais sejam computados como despesas da União, cujo teto é definido pela LRF em 50% da receita.

Royalties

Os senadores ainda poderão votar o projeto que impede que as receitas de royalties sejam consideradas no cálculo do limite das despesas com pessoal nos estados, no Distrito Federal e nos municípios (PLS 334/2017).

A pauta de hoje também inclui o projeto de lei da Câmara que cria mecanismos de incentivo às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos (PLC 64/2016) e a proposta que determina a priorização das despesas com saúde e educação na execução orçamentária da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (PLS 329/2017).

Debatedores cobram cumprimento da Lei da Aprendizagem

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debateu ontem os desafios enfrentados pela juventude, pelos empregadores e pelo governo, visando à aplicação da Lei da Aprendizagem (Lei 10.097, de 2000). Junto com o Decreto 5.598/2005, a norma determina cotas para a contratação de trabalhadores, como a de jovens aprendizes entre 14 e 24 anos.

O contrato de trabalho pode durar até dois anos e, durante o período, o jovem é capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática. As empresas de médio porte devem contratar no mínimo 5% de jovens aprendizes e as de grande porte, 15%.

São consideradas empresas de médio porte as que têm entre 50 e 99 empregados. Já na indústria, são as que possuem entre 100 e 499 contratados. No caso das empresas de grande porte, no setor de comércio e serviços, são as com mais de 100 funcionários; e no setor industrial, as com mais de 500 empregados.

Diversos participantes da audiência chamaram a atenção para a dificuldade que as empresas têm tido para cumprir a legislação na íntegra. A representante do Ministério do Trabalho, Tatiane Padilha, afirmou que hoje existem apenas cerca de 500 mil jovens aprendizes contratados no país, número que poderia ser o dobro caso a lei tivesse a efetividade esperada.

Poucos contratos

Segundo os levantamentos do ministério, a maioria dos jovens aprendizes atua em funções administrativas, como auxiliares de escritório (42,24%) e assistentes administrativos (17,22%). Outras funções que se destacam são

as de vendedores no comércio varejista (5,51%), repositores de mercadorias (5,07%), mecânicos de manutenção de máquinas (3,81%) e alimentadores na linha de produção (2,73%).

Tatiane mostrou que a taxa de aproveitamento dos aprendizes no mercado de trabalho formal, após o desligamento, é de cerca de 43% do total.

— Estes dados mostram que o país está longe de atingir o potencial da lei. A taxa de contratação a nosso ver está baixa, está abaixo da metade. É necessário aprofundar a discussão no Fórum Nacional de Aprendizagem, talvez devamos alterar os conteúdos pedagógicos, tornando-os mais sincronizados com o mercado

de trabalho. O ministério está aberto para sugestões de todos os setores para que aumentemos a inserção do aprendiz.

O representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Felipe Morgado, informou que a entidade vem trabalhando em estudos prospectivos sobre o mercado de trabalho, com cenários desenhados para os próximos dez anos. Um dos objetivos do estudo, cuja metodologia já foi exportada para mais de 20 países, é identificar quais competências serão requeridas dos jovens, que já num futuro próximo deverão entrar no mercado de trabalho industrial.

— Acertando isso, com certeza oferta e demanda se

alinham. E a CNI considera a aprendizagem como a principal porta de entrada para o mercado. Acreditamos que os indicadores de contratação serão melhores num futuro próximo — disse Morgado, ressaltando que a aprendizagem “necessita ser boa para todos, inclusive para quem contrata, reconhecendo valor de fato no aprendiz”. Para que o objetivo seja atendido, ele defendeu que governo, Ministério Público e o setor empresarial dialoguem mais.

Também participou do debate o representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Francisco Correa. Ele acredita que a sociedade necessita estar atenta para que a lei não seja na prática revogada.

— Esta lei tem um caráter social, busca a inserção no mercado de trabalho. Já existem 22 projetos de lei no Congresso Nacional tratando da Lei da Aprendizagem, alguns deles na prática esvaziando ainda mais sua efetividade.



Pedro Franco/Agência Senado

Audiência pública, coordenada por Paim (3º à dir.), discutiu dificuldades para contratação de jovens aprendizes

Projeto sobre distrato de imóveis deve ser analisado em colegiado

Projeto que define regras para a desistência da compra de imóvel na planta está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O colegiado tem reunião marcada para as 10h.

O PLC 68/2018 foi rejeitado pela CAE em julho, mas um recurso levou a proposta ao Plenário, onde recebeu novas emendas. Com isso, o texto

teve que voltar à comissão. O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), entregou o parecer na quinta-feira.

De autoria do deputado Celso Russomanno (PRB-SP), o projeto fixa os direitos e deveres das partes nos casos de rescisão de contratos de aquisição de imóveis em regime de incorporação imobiliária ou em loteamento. O tema dividiu

a opinião dos senadores.

Os favoráveis alegaram que o projeto atualiza as regras, dando segurança jurídica às construtoras e aos consumidores na hora da negociação. Por outro lado, há parlamentares que consideraram o texto mais favorável às empresas, sendo necessário mais equilíbrio.

A CAE tem outros 12 projetos de lei na pauta. Entre eles, o

PLC 124/2017, do deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), que regula o pagamento com cheque nos estabelecimentos comerciais. O projeto define que o estabelecimento que se propuser a aceitar cheque somente poderá recusá-lo quando o nome do emitente figurar em cadastro de proteção ao crédito ou se o consumidor não for o próprio emitente do

cheque e titular da conta corrente à qual o título de crédito está vinculado.

A proposta determina ainda que o tempo de abertura de conta corrente constante do cheque não será motivo para sua recusa pelo estabelecimento comercial.

O relator, Pedro Chaves (PRB-MS), apresentou voto favorável.

Brasil começa a levar imigrantes para o interior

Venezuelanos que chegam por Roraima são cadastrados e vacinados, recebem documentação, alimentação e abrigo e, em muitos casos, são levados para outros estados

Reportagem: Nelson Oliveira,
 Diana Bispo e Morgana Nathany
 Edição: Maurício Müller

COM 12,4 MIL habitantes, o pequeno município de Pacaraima, em Roraima, foi o ponto de chegada de 154.920 venezuelanos ao Brasil desde o ano passado. De janeiro a junho, de 400 a 500 pessoas atravessaram a fronteira diariamente, de acordo com a ONU.

A presença maciça e desordenada de pessoas vindas do país vizinho gerou instabilidade e violência. Em agosto, após um comerciante brasileiro ser agredido, venezuelanos tiveram acampamentos queimados e foram expulsos de Pacaraima. O clima tenso acabou gerando comoção nacional e levou o governo federal a acelerar a implantação de um programa emergencial de controle de imigrantes, na esteira de ações de interiorização que beneficiaram, até o momento, 2.812 pessoas, de acordo com a Casa Civil da Presidência da República.

Respaldo pela Lei 13.684, sancionada em junho, o programa tem apoio de agências da ONU, ONGs, estados e municípios e pode ser aplicado a outros fluxos migratórios. Participam das ações 13 minis-

térios, entre eles os da Justiça e o da Segurança Pública.

Os venezuelanos que chegam ao Brasil são identificados, vacinados, recebem documentação, abrigo, alimentação e oferta de emprego e estudo.

Segundo o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, o programa leva por semana cerca de 400 venezuelanos para outros estados.

Haitianos

Uma audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH), na semana passada, discutiu a situação de vulnerabilidade de 100 famílias de haitianos despejadas de um terreno em Porto Alegre.

Enganadas por grileiros, as famílias adquiriram terrenos para construir casas a um preço irrisório, mas foram despejadas por uma ação de reintegração de posse movida pelos donos da propriedade. Hoje estão nas ruas, em situação de risco.

Para Ana Amélia (PP-RS), é preciso levar em conta o problema social, mas não se pode esquecer o tratamento semelhante dado a brasileiros “quando não pagam aluguel”. A senadora lembra que, ao lado do drama humanitário, há o receio de parcela da popu-



Estrangeiros fazem fila para se cadastrar no Centro de Acolhimento a Imigrantes, ligado à Prefeitura de São Paulo

lação de que o poder público retire recursos destinados aos brasileiros para ajudar forasteiros.

Balanco da Casa Civil sobre a imigração venezuelana mostra que R\$ 195,05 milhões foram disponibilizados em 2018, R\$ 25,4 milhões em 2017 e R\$ 2,6 milhões em 2016. A verba tem sido usada na compra de ambulâncias, na reforma de consultórios odontológicos e no aparelhamento do corpo de bombeiros, entre outros.

O senador Magno Malta (PR-ES) fala em “respeitar o imigrante, mas respeitar primeiro o brasileiro”:

— Temos 14 milhões de desempregados. O que eles fizeram com o Estatuto da Imigração foi que qualquer um pode entrar, qualquer um vira brasileiro, qualquer um pode tirar seu título de eleitor. Ou seja, estão chamando pessoas para disputar desemprego aqui no Brasil.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor (PTC-AL) afirma que o governo brasileiro “vem agindo com proficiência e com correção” em relação aos imigrantes. Quanto às expectativas para o próximo governo, o senador diz que prefere “aguardar o que será anunciado”.

Os senadores Cristovam Buarque (PPS-DF), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Paulo Rocha (PT-BA) e Lídice da Mata (PSB-BA) disseram esperar que o novo governo mantenha o apoio do país aos imigrantes.

Requalificação

Foi num centro de requalificação para estrangeiros que a reportagem da Agência

Senado encontrou Elisa, uma venezuelana que passou cinco meses de angústia antes de ter a chance de viver dignamente no Brasil.

Em maio, a jovem de 21 anos, formada em administração, embarcou em um táxi na cidade de Santa Elena, na Venezuela, rumo a Pacaraima. A grave crise política e econômica pela qual a Venezuela passa já não dava oportunidades para ela.

Elisa estava acompanhada de um casal de estrangeiros já residentes no Brasil, que custearam sua passagem como turista para que trabalhasse como babá.

Ela conta que em Brasília tudo seguiu como o combinado, até que o patrão começou a dificultar sua tentativa de conseguir documentos e uma nova formação profissional, além de não a remunerar de forma adequada.

— A princípio, ele dizia “sim, vamos tirar a documentação”, mas depois aparentava não querer que isso acontecesse. Foi aí que eu percebi que era uma forma de me manter presa ao trabalho.

Elisa acabou deixando a casa e obteve a solidariedade de brasileiros que a abrigaram. Hoje ela está com todos os documentos regularizados e sonha em abrir o próprio negócio para ajudar a família, que ainda está na Venezuela.

Quando é perguntada sobre o que resume a situação de um imigrante ela usa duas palavras:

— Força e paixão. É preciso ter força para ser um imigrante, temos que enfrentar muitas coisas, mas a paixão por uma vida melhor é o que nos move”.

Uma das barreiras mais difíceis que o imigrante enfrenta

é a língua. Por isso, o foco de muitas organizações de apoio a refugiados é o suporte à comunicação. É o caso da Universidade Católica de Brasília, que desde 2010 promove aulas de ambientação em língua portuguesa e informática para imigrantes e refugiados, por meio do Projeto Ser+.

O projeto tem parceria com o Instituto de Migrações e Direitos Humanos e já recebeu a visita de representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas (Acnur).

— A vontade do Ser+ é oferecer a essas pessoas a chance de se capacitarem — afirma o gestor do projeto, o professor Diego Nolasco.

Novas oportunidades de ação estão surgindo. Em outubro, o Ministério da Justiça publicou dois editais para selecionar projetos de amparo e promoção de refugiados. Um deles é voltado exclusivamente para pessoas vindas de países da América Central.

Para o secretário nacional de Justiça e presidente do Comitê Nacional para Refugiados, Luiz Pontel de Souza, “o chamamento público é importante medida humanitária que fortalece a posição do Brasil perante a comunidade internacional”.

Saiba Mais

Dúvidas frequentes sobre imigração — Polícia Federal
<http://bit.ly/imigracaoPF>

Informações sobre imigração do Ministério da Justiça
<http://bit.ly/imigracaoMJ>

Editais para projetos de atendimento a imigrantes
<http://bit.ly/editallmigracao>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

